



ATA Nº 2/2014

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Aos vinte e oito dias do mês de abril do ano dois mil e catorze, no Auditório da Câmara Municipal de Rio Maior, realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Rio Maior, sob a presidência de António Manuel Silva Arribança. Secretariaram a presente sessão os Deputados Municipais Carlos Jorge Coelho Neto e Maria Eugénia de Jesus Reis, respectivamente Primeiro e Segundo Secretários da Mesa. A Câmara Municipal de Rio Maior fez-se representar pela Presidente, Isaura Maria Elias Crisóstomo Bernardino Morais. Assistiram também à presente sessão os Vereadores da mesma Câmara Municipal, Carlos Fernando Frazão Correia, João António Lopes Cadoso, Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo, Carlos Alberto Nazaré Almeida, Daniel Alexandre Pulquério Pinto e Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo. -----

----- JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS -----

----- Nos termos da alínea j) do número 1 do Artigo 9º do Regimento da Assembleia Municipal, foi justificada a falta do Senhor Deputado João Luís Bispo Mota Bogalho, procedendo-se à respetiva substituição. -----

----- Pelas dezoito horas e trinta minutos, verificando-se a existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia deu início aos trabalhos da presente sessão (anexo 1). -----

----- PONTO PRÉVIO -----

----- APROVAÇÃO DE ATAS -----

----- Foi colocada a discussão e votação a ata n.º 1/2014 referente à sessão ordinária de 8 de fevereiro. -----

----- Aprovada a ata n.º 1/2014 por maioria dos presentes, com 25 votos a favor e 2 abstenções (27 presenças). -----

----- CORRESPONDÊNCIA -----

----- Pelo Primeiro Secretário foi feita a leitura da correspondência recebida e expedida pelos serviços desta Assembleia Municipal, conforme anexo 2. -----

----- Presidente da Assembleia Municipal -----

----- Informou que foram apresentadas na Mesa diversos votos, moções e recomendações subscritas pela Assembleia Municipal, uma moção e uma recomendação subscritas pelo grupo municipal do Partido Socialista (PS) e um voto de



pesar subscrito pelo grupo municipal da Coligação Democrática Unitária (CDU). De seguida passou a palavra ao 1º secretário para a leitura das mesmas à exceção do voto de pesar apresentado pela CDU que será feito dentro do tempo de intervenção do grupo municipal daquela coligação (anexo 3). -----

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- O Presidente da Assembleia Municipal abriu as inscrições para este período. -----

----- Inscreveram-se para intervir os seguintes Deputados Municipais e Presidentes de Junta de Freguesia: -----

----- Presidente da Junta de Freguesia de Arrouquelas -----

----- Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa -----

----- Deputado Ivan Carlos Fernandes Abreu Cruz e Costa -----

----- Deputada Suzana Margarida dos Santos Candeias -----

----- Deputado Francisco Manuel Carriço Pereira Esperto -----

----- Deputado Paulo Manuel Santos Colaço -----

----- Deputada Maria Eugénia de Jesus Reis -----

----- Deputada Joana Filipa Ferreira Tirano -----

----- Deputado Carlos Jorge Coelho Neto -----

----- Deputado João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira -----

----- Deputado Rui Miguel da Costa e Silva -----

----- Deputado João Figueiredo Vargas Lopes -----

----- Presidente da Junta de Freguesia de Rio Maior -----

----- Deputado António Manuel da Silva Moreira -----

----- Deputada Carla Cristina Machado Rodrigues Dias -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Presidente da Junta de Freguesia de Arrouquelas** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Interveio para agradecer a presença do executivo nas comemorações dos quarenta anos do 25 de Abril e dizer também que é com grande satisfação que acompanham as obras realizadas na estrada Anteporta/Arrouquelas/Assentiz já que os melhoramentos que estão a ser realizados permitem circular com maior comodidade e aumentam claramente a segurança rodoviária. -----

----- Questionou ainda acerca da reorganização do centro de saúde e a entrada de novos médicos e se estas mudanças se trouxeram alguma melhoria no atendimento



aos utentes e ainda se e razoável pensar que a freguesia de Arrouquelas venha a ter novamente o posto médico a funcionar. Solicitou que nas reuniões que possam vir a realizar-se entre as entidades competentes com a participação da Câmara possa ser indagado da possibilidade de voltar a existir médico naquele posto médico. -----

----- **Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Iniciou por apresentar o voto de pesar pelo falecimento de Vasco Graça Moura (anexo 4). -----

----- De seguida referiu-se a uma questão política, essencialmente ideológica, que respeita ao desconforto dos eleitos da CDU nas comemorações dos quarenta anos do 25 de Abril aquando da apresentação e entrega do livro referente aos Presidentes de Câmara Municipal de Rio Maior de 1910 a 1974, não eleitos democraticamente, obrigatoriamente membros do partido único da ditadura fascista, Ação Nacional Popular, gente que prendeu e mandou prender muitos democratas riomaiorenses e que a exemplo de outros lados eram os mais altos representantes dos interesses da ditadura de Salazar. Disse que se pode e deve conhecer a história do concelho de Rio Maior mas considerou de muito mau gosto, e politicamente relevante, que nos quarenta anos do 25 de Abril, o Município de Rio Maior, com dinheiros públicos, tenha homenageado os presidentes de câmara do tempo da primeira república e do tempo do estado novo. Afirmou que quem merece ser homenageado no 25 de Abril é a revolução e o golpe militar que derrubou aqueles que a Câmara Municipal de Rio Maior homenageou ou quis homenagear e disse que não pode passar em claro esta ação ideológica e política. Terminou solicitando ao Presidente da Assembleia Municipal que mande pedir esclarecimentos sobre quando e por quem é que foi tomada a decisão de homenagear os presidentes de câmara da ditadura; quanto custou ao erário público a edição do livro e quantos foram editados e ainda para quando é que está prevista a divulgação do documento que revele o que era o concelho de Rio Maior em 25 de Abril de 1974 e o que é hoje, designadamente as suas transformações sociais, culturais, económicas e políticas. Reforçou que o regime democrático consagrado na Constituição do 25 de Abril é magnânimo, respeita e permite que participem dentro de si, o que, estando dentro, geram é amarfanhar, branquear e esquecer os valores de Abril do presente e do futuro de Portugal. -----

----- **Deputado Ivan Carlos Fernandes Abreu Cruz e Costa** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----



----- Iniciou por se referir ao facto da Câmara Municipal de Oeiras ir disponibilizar durante os próximos dois anos o montante máximo de vinte mil euros para cada desempregado que apresentar um projeto de criação de uma nova empresa na área daquele concelho em parceria com a Cooperativa António Sérgio, entidade gestora do programa nacional de microcrédito, com o objetivo de motivar a criação de novas empresas. Continuou dizendo que se trata de uma iniciativa louvável daquela autarquia, que se apoia no empreendedorismo numa lógica de combate direto ao desemprego, assessorando desempregados na criação de pequenas empresas especialmente vocacionadas para as áreas do pequeno comércio, da estética e da restauração. Questionou, em nome do grupo municipal do PS, se será possível a Câmara Municipal de Rio maior equacionar, num futuro não muito distante, uma medida idêntica a esta, com estes ou outros valores, admitindo que já estejam a ser disponibilizados outros apoios nomeadamente através do Centro de Negócios e Inovação. -----

----- De seguida que é sabido por todos que hoje são muitas as famílias que estão a passar por graves dificuldades económicas, em consequência das políticas de austeridade e autoritárias do atual Governo em parceria com a Troika, que entregaram o país à sua sorte, esquecendo por completo as responsabilidades sociais que ao Estado competem e que nesse sentido, tendo em conta que há igualmente na área do concelho de Rio Maior pessoas a viver com grandes privações que atentam claramente contra o direito a ter uma vida digna, solicitou, por escrito e logo que possível, em nome do grupo municipal do PS da Assembleia Municipal, informações sobre matéria política social, designadamente: a) que tipo de ajuda alimentar está a ser dada, neste momento, aos agregados familiares mais carenciados e qual o montante anual que tal ajuda, em termos de refeições, representará este ano; b) quantas pessoas estão neste momento no terreno, efetivamente, a apoiar as famílias mais carenciadas do concelho e quais os montantes subjacentes ao desenvolvimento deste conjunto de iniciativas de ordem social por parte da Câmara Municipal de Rio Maior; c) quais os montantes que a Câmara Municipal de Rio Maior despendeu na área do apoio social, de forma discriminada e ponto por ponto, no mandato anterior entre 2009 e 2013 e quanto prevê aplicar este ano, primeiro ano do segundo mandato, nomeadamente nos seguintes domínios: apoio ao aleitamento, apoio ao nascimento, apoio na aquisição de medicamentos pelos idosos, apoio na aquisição de livros escolares aos agregados familiares mais carenciados e apoios no âmbito da ação



social escolar, nomeadamente no que se refere a alimentação, alojamento e atribuição de auxílios a estudantes carenciados e ainda que apoios foram dados a nível social no pagamento de rendas de habitação, na redução do pagamento do IMI e/ou outras taxas de serviços municipais a famílias de rendimentos reduzidos. -----

----- Por último referiu-se à petição, do conhecimento público, que tem sido divulgada nas redes sociais em que se defende o fim ao abate no canil municipal de Rio Maior. Disse que esta petição teve origem na iniciativa individual de uma cidadã é dirigida à Presidente da Câmara Municipal de Rio Maior e que até à data já foi subscrita por mil quatrocentas e cinquenta e seis pessoas. Considerou-a como significativa e pertinente, salientando que no documento que suporta a petição se lê que as condições destinadas aos animais errantes recolhidos pelo canil municipal de Rio Maior são totalmente opostas às medidas que deviam ser verdadeiramente tomadas para minorar ou até mesmo extinguir o flagelo que é o abandono dos animais. Acrescentou ainda que se lê também no mesmo documento que é intolerável a aprovação do abate e o devido financiamento para tal ação quando os verdadeiros culpados, as pessoas que abandonam os animais à sua sorte, permanecem livres de qualquer tipo de condenação. Referiu que a petição não olvida o risco que os animais errantes acarretam para a saúde pública, mas que, todavia, os seus subscritores estão contra esta alternativa que se preocupa exclusivamente com a retirada do direito à vida dos animais através do seu abate, ainda que seja uma competência da Câmara Municipal, nos termos da lei, como se assistisse a qualquer ser humano o poder de decidir violar o direito a uma vida com dignidade que os animais, tal como os seres humanos, também merecem. Neste sentido e em linha com a petição em apreço, questionou se, sendo a petição o retrato fiel da situação que descreve, a Câmara Municipal encara como alternativa ao abate, a promoção de campanhas de adoção responsável, bem como o uso de métodos não cruéis e não traumatizantes de captura dos animais abandonados e errantes criando um regulamento municipal de proteção dos animais que seja eficaz na dissuasão de eventuais infracções à lei de proteção dos animais em vigor, procedendo ao mesmo tempo à desautorização imediata dos abates no canil municipal. -----

----- **Deputada Suzana Margarida dos Santos Candeias** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Solicitou esclarecimentos e informação por escrito acerca de três questões. -----

----- Iniciou por dizer que veio a público que 50% das repartições de finanças do país



vão encerrar até 20 de junho e que o grupo parlamentar da CDU esteve na repartição de finanças de Rio Maior onde perceberam a angústia dos trabalhadores que, para além de serem poucos e com muito trabalho, desconhecem o rumo do seu futuro. Questionou se a Câmara Municipal tem algumas informações acerca da situação e o que pensa fazer caso da repartição vir a encerrar. -----

----- Em seguida referiu-se à situação do centro d saúde de Rio Maior, onde foram colocados dois médicos cubanos, mas que não são médicos de família e não são pagos pelos serviços, os quais pagam a uma empresa para que essa empresa lhes pague posteriormente ficando ela com uma fatia significativa dos dinheiros públicos. Continuou dizendo que estes médicos fazem apenas atendimento complementar e que os utentes sem médico de família continuam os mesmos e permanecem em igual situação e que as extensões de saúde das freguesias continuam sem funcionar, à exceção da USF das Marinhas do Sal. Questionou, por isso, se executivo camarário vai continuar a assistir ao degradar da situação ou se tem algum projeto ou algum programa para ajudar a inverter a situação. -----

----- Por fim questionou o executivo camarário se tem algum projeto para o desenvolvimento económico do concelho, criação de emprego, fixação dos riomaiorenses e atração de pessoas. -----

----- **Deputado Francisco Manuel Carriço Pereira Esperto** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Interveio para se referir à grande prova de marcha que se realizou em abril em que se conquistou quatro pódios e endereçou os parabéns à Câmara Municipal pelo sacrifício que fez para que a prova se realizasse mais um ano. -----

----- **Deputado Paulo Manuel Santos Colaço** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Voltou a dizer que parece impossível que vivendo na freguesia de Rio Maior, no lugar de Pé da Serra, na segunda década do século XXI, e a sua residência continua sem número de polícia com a consequência óbvia de não receber qualquer tipo de correspondência o que leva a constrangimentos sérios e graves. Questionou quando é que esta situação será resolvida definitivamente. -----

----- Solicitou ainda um esclarecimento claro e concreto sobre a Estrada Nacional 114, onde se desloca todos os dias, de quem é a responsabilidade da falta de passeios, falta de luz, falta de valetas, falta de sinalização, falta de segurança rodoviária e



terminou questionando se será necessário que se dê uma fatalidade para depois de resolver a situação. -----

----- Perguntou também se existem alguns avanços no relacionamento entre a Câmara Municipal de Rio Maior e a EICEL¹⁹²⁰ sobre a candidatura à Fundação EDP com vista a defender a valorização do património mineiro e a criação de um centro de investigação de geologia. -----

----- Por fim solicitou informações por escrito sobre a Loja do Cidadão, designadamente se existem infiltrações, se existem se se devem à falta de fiscalização ou a erro de projeto e ainda para quando se prevê a inauguração e abertura da mesma e quais os serviços que lá ficarão. -----

----- **Deputada Maria Eugénia de Jesus Reis** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Referiu-se à inauguração da Loja Social e salientou a presença de instituições de fora do concelho que vieram dar o seu testemunho sobre o desenvolvimento deste mesmo projeto. Continuou dizendo que a criação desta loja social insere-se no programa CLDS+ Rio Maior do Centro de Educação Especial do Concelho de Rio Maior “O Ninho” e o espaço denominado “É Solidário” é uma nova estrutura social onde as famílias e indivíduos em situação de carência obtêm de forma gratuita vários tipos de bens novos ou usados que foram doados por particulares ou por empresas. Disse ainda que naquele espaço pode encontrar-se uma grande variedade de bens e foi também transferido para este espaço a distribuição de alimentos a cargo da Conferência de São Vicente Paulo centralizando assim toda a ajuda social no mesmo espaço. Acrescentou que este novo serviço da comunidade para a comunidade pretende atenuar algumas das dificuldades sentidas por inúmeras famílias e indivíduos neste momento particularmente difícil. Louvou este tipo de iniciativas e considerou que devem ser sempre incentivada a sua implementação e continuação. -----

----- **Deputada Joana Filipa Ferreira Tirano** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Interveio para se referir à Semana da Juventude de Rio Maior, fazendo uma breve exposição sobre as atividades desenvolvidas durante a semana nas mais diversas áreas desde os desportos radicais, workshops, exposições, um challenger, concursos e o Color Fun Tour, que esgotou as inscrições permitidas. Referiu ainda



que esta semana integrou o Domingo de Bom Verão organizado pela Junta de Freguesia de Rio Maior e os Bombeiros Voluntários. Por fim lembrou que as associações juvenis do concelho integraram a organização da Semana da Juventude e congratulou a Câmara Municipal, em nome do grupo municipal do PSD, pela organização desta semana que teve um sucesso claro em todas as atividades contribuindo para a participação de jovens de todo o concelho permitindo a sua evolução cívica, social e pessoal. -----

----- **Deputado Carlos Jorge Coelho Neto** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Em relação à realização de mais uma edição das Tasquinhas de Rio Maior considerou que se tratou de um dos melhores eventos dos últimos anos e de sempre. Disse que nunca Rio Maior acolheu tanta gente durante este certame o que se reflectiu diretamente na faturação das freguesias e das associações ali presentes. Saliendo ainda que o nível de apresentação e das especialidades gastronómicas esteve num patamar elevado, dificultando a eleição das melhores tasquinhas. Destacou a presença da estação de televisão SIC no último dia com a transmissão de um programa em direto de grande audiência levando a todo o país a imagem de Rio Maior, das gentes, das tradições, e daquilo que existe para oferecer a quem visita o concelho. Destacou ainda o grande número de atletas que demonstrou o porquê de Rio Maior ser apelidada de Cidade do Desporto. Fez votos que esta dinâmica não se perca porque uma cidade com cor e com gente é uma cidade em movimento, que julga ser o que se pretende para Rio Maior. -----

----- **Deputado João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Teceu algumas considerações acerca da recomendação apresentada pelo Partido Socialista que, a seu ver, apresenta de alguma forma uma visão global sobre a problemática que tem sido o movimento contínuo de agravamento das assimetrias regionais e territoriais com efeitos sociais gravíssimos e um certo abandono do Estado de algumas parcelas do território e fundamentalmente de populações mais carenciadas e desfavorecidas que normalmente, em regra, vivem no interior. Considerou que isto se corporiza através do encerramento de um conjunto de serviços públicos que são essenciais para se manter a vida de terras, cidades, vilas e aldeias e que são fundamentais para manter a atividade porque são como uma espécie de delegação de soberania que o Estado Central faz por todo o território nacional e que



visa colmatar necessidades fundamentais de qualquer ser humano nomeadamente, quando se comemoram quarenta anos do 25 de Abril, questões fundamentais como a saúde, a educação e a justiça. Afirmou que é nesse quadro que a recomendação foi apresentada onde, de alguma forma, se englobam e entrelaçam mais duas recomendações apresentadas sobre questões parcelares nomeadamente no que diz respeito à justiça e à perda de valências que em Rio Maior e também relativamente à problemática do fecho da repartição de finanças. Disse que o se pretende assinalar com a recomendação, conforme consta na parte deliberativa da mesma, é o fortalecimento daquele que é o compromisso de todos e não só de um grupo parlamentar ou de um partido político, mas sim dos órgãos autárquicos, da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal, recomendando à Câmara Municipal, dando-lhe força política acrescida, para que, através das suas competências e das suas atribuições enquanto legítimo órgão representante do poder local democrático, reforce diligências junto da administração central para que as notícias não se venham a concretizar e para que, de alguma forma, se estabeleçam mecanismos entre os dois órgãos, Assembleia Municipal e Câmara Municipal, para esse trabalho produzir os seus efeitos. Referiu que esses mecanismos seriam estabelecidos através da informação que a Câmara transmitiria à Assembleia Municipal acerca das diligências que iam sendo tomadas por parte do executivo relativamente a estas questões e também. Salientou ainda uma terceira parte da recomendação que tem a ver com tornar públicas as preocupações dos órgãos autárquicos para que as pessoas que sentem na pele este tipo de perda, de ver afastar aquilo que é fundamental, e nomeadamente em relação à saúde que são questões fundamentais para pessoas que estão mais isoladas e que têm menos rendimentos, sentirem que os órgãos autárquicos, independentemente das cores partidárias, estão unidos para combater estes flagelos. Concluiu que é neste sentido e com esta visão global que pretende, de alguma forma, incorporar aquelas que foram as propostas apresentadas relativamente às finanças e relativamente à perda de competências do Tribunal de Rio Maior, através desta proposta do grupo municipal do Partido Socialista. -----

----- **Deputado Rui Miguel da Costa e Silva** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Intervenção transcrita na íntegra devido ao seu conteúdo. -----



----- “Permitam-me que a propósito de revoluções recorde que estas são acontecimentos caóticos, com efeitos imprevisíveis, seja a nível coletivo seja no plano individual. Foi assim com o 25 de Abril, um golpe que começou por ser um golpe militar e que se transformou numa revolução popular em nome da liberdade. Adelino Gomes, jornalista da Rádio Renascença, banido pela censura, entrevista Salgueiro Maia em pleno cerco ao quartel do Carmo, momento que marca essa transformação. Pergunta Adelino Gomes se não havia a possibilidade e o receio que eles retaliassem ao que Salgueiro Maia responde: “Impossível a reação porque não há força que consiga fazer frente à nossa, temos todas as viaturas blindadas do exército português na nossa mão.” E ouve-se uma voz de fundo que diz: “E temos o Povo.” E Salgueiro Maia continua: “Inquestionavelmente o Povo. Primeiro temos o Povo, depois o exército e todas as forças armadas.” Os acontecimentos que se seguiram ao 25 de Abril confirmaram que as revoluções são processos incontroláveis e durante cerca de dois anos foi o caos. Mas como disse Pinto Balsemão “A liberdade aprende-se praticando” e nessa aprendizagem estivemos à beira da guerra civil no verão quente de 75, em pleno PREC, de onde evoluímos para uma democracia representativa de tipo partidário. Mas como diria o filósofo “Todos os regimes seriam bons se não fossem os homens.” A democracia como os outros regimes carece de organização e para nos organizarmos precisamos de quem lidere e para liderar há que ascender ao poder. Quando aqui chegamos, chegamos aos jogos pelo poder, e foi nesses jogos que os partidos perderam, perderam a sua vitalidade popular e democrática, tendo-se transformado num conjunto de minorias oligárquicas digladiando-se em disputas pelo poder onde os líderes, escolhidos de uma casta limitante, são legitimados pelo voto e a partir daí defendem interesses que pouco ou nada têm a ver com a vontade do eleitor. Vejam as moções hoje aqui apresentadas. Assim, e ao longo de quarenta anos, consolidamos este regime, mas este, como os outros regimes, quando se sente ameaçado reage e como todos os regimes reage instrumentalizando o medo, emoção com um poder ilimitado, pois tem a dimensão da nossa imaginação. Temos medo do escuro não por ser escuro, mas por ser povoado pelos monstros que nos assolam. O anterior regime considerava a liberdade de pensamento uma ameaça aos seus interesses e reagiu com a censura, amedrontando dez milhões de portugueses que calavam com o medo de serem presos e torturados às mãos da polícia política. Felizmente existiu uma corajosa minoria que enfrentou o medo e nos guardou a esperança. O atual regime é incomodado pela vontade do eleitor, uma ameaça aos



seus interesses e reagiu com a crise. Na boca dos decisores políticos esta justifica o injustificável e assim amedrontam dez milhões de portugueses que calam com medo de serem socialmente excluídos às mãos das leis dos mercados. Mas a história também confirma que todos os regimes têm um fim. O anterior levou cinquenta anos a cair e este, pelo menos na forma como o conhecemos, irá ter inexoravelmente um fim. Os sinais estão aí. O empobrecimento da população, uma economia fraca que não gera emprego e obriga à emigração, uma colonização financeira que nos rouba o futuro e gera apatia generalizada na população, o descontentamento das chefias militares e a miopia dos decisores políticos que, agora como antes, perante tudo isto concluem que está tudo bem assim, nem podia ser de outra maneira. Mas por detrás da crise e dos mercados estão homens, homens que, antes como agora, beneficiam do nosso medo e o utilizam sem qualquer pudor em seu proveito. Resta-nos a tal minoria. Como diria Mia Couto: “Fará frente àqueles que têm medo que o medo acabe.” Mas digo isto com optimismo, como optimismo de alguém para quem o 25 de Abril foi um acontecimento catastrófico, no sentido em que significou o fim de todos os sonhos de um miúdo de treze anos e nos impôs a nós, enquanto família, um salto angustiado no vazio. Mas recomeçamos. Valeu-nos a tenacidade e engenho dos meus pais, as oportunidades que a liberdade de então me deu, mas acima de tudo valeu-nos a generosidade e a solidariedade que nós, portugueses anónimos, somos capazes de ter uns para com os outros. E, por isso, termino citando um grande insuspeito humanista que há cem anos disse: “O poder só é necessário para praticar o mal. Para fazer todo o resto basta o amor.” Charlie Chaplin.” -----

----- **Deputado João Figueiredo Vargas Lopes** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Começou por se referir às Tasquinhas de uma forma positiva dizendo que correu muito bem e que esta é uma linha a seguir reforçando que o direto televisivo teve uma grande força. Discordou no entanto que este tenha sido o melhor certame das Tasquinhas já realizado, embora reconheça que foi muito positivo para o momento atual. -----

----- Relativamente ao Grande Prémio de Marcha realçou os resultados dos nossos atletas e que se deve continuar a trazer e realizar este evento desportivo. -----

----- Sugeriu ainda que fosse retomada a Ferdoce que foi o êxito enorme em Rio Maior e embora tenha sido realizada apenas um ano ainda hoje se fala nisso e por isso seria interessante o seu relançamento. -----



----- Seguidamente disse que na última sessão da Assembleia Municipal fez uma chamada de atenção ao executivo sobre a sinalização na cidade e congratulou-se pela alteração da placa de sinalização da rotunda do município que está agora, a seu ver, no local correto, embora relativamente à restante sinalização tudo continue na mesma situação com os constrangimentos que isso acarreta para quem não está familiarizado com as saídas e locais da cidade. Lembrou que na altura em que referiu este facto foi informado que o concurso estava a decorrer e que no final de fevereiro ou março a situação seria resolvida. -----

----- Relativamente à estrada de ligação das Quintas à Ribeira de São João informou que se trata de uma situação catastrófica de mau estado, sem qualquer sinalização, e pelo que ouviu dizer embora se tenha tentado sinalizar a situação as placas colocadas foram roubadas imediatamente a terem sido colocadas. Disse que gostaria de saber de quem é a responsabilidade por aquela estrada e se há possibilidade de pelo menos se tapar os buracos que tornam a estrada intransitável. -----

----- Questionou, relativamente às contas da Desmor, das quais não teve conhecimento já que atualmente estas não são presentes à Assembleia Municipal, de quem são os encargos com a luz e a água da Desmor e quem pagou a ampliação do Centro de Estágio. -----

----- Por fim referiu que na sua primeira intervenção na Assembleia Municipal mencionou o encerramento dos serviços de finanças e dos tribunais e hoje verifica-se que o problema é evidente e o encerramento pode ser uma realidade. Indicou o sentido de voto como favorável às moções e recomendações apresentadas. -----

----- **Presidente da Junta de Freguesia de Rio Maior** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Interveio para se referir à grande ação da proteção civil desenrolada em Rio Maior aquando da ocorrência da falha grave no abastecimento de água à cidade provocada por uma rutura da principal conduta de abastecimento à cidade, da qual grande parte dos riomaiorenses nem se apercebeu. Continuou dizendo o fornecimento de água a Rio Maior, em altura de Tasquinhas e quando os consumos naturalmente aumentam, foi feito através de um único ponto, o depósito do centro de saúde, onde podiam ser injectados litros de água para que se pudesse garantir o abastecimento da população. Afirmou que foram colocados nesse depósito dois milhões e oitocentos mil litros de água em três dias, numa operação onde estiveram envolvidos a Câmara



Municipal de Rio Maior, a Junta de Freguesia de Rio maior e sobretudo os bombeiros que vieram de Caldas da Rainha, Alcanede, Alcanena, Torres Novas, Benedita, Cartaxo, para além dos Bombeiros Voluntários de Rio Maior, onde foram utilizados todos os veículos e meios. Salientou que todos esses bombeiros foram incansáveis, fazendo horas e horas de serviço sem questionar uma única instrução, num serviço abnegado e em total anonimato, sem procurar uma réstia de fama ou de louvores. Disse que esteve presente na operação desde o seu início até ao seu término, cerca de cinquenta e oito horas de operação, e ressaltou o papel da Câmara Municipal nesta operação porque considerou que pela primeira vez, ou pelo menos da forma mais organizada, se conseguiu ver o serviço municipal de proteção civil a trabalhar e endereçou os parabéns a três pessoas: o Eng.º Hugo Santos, o técnico responsável pela proteção civil, o Flávio, o estagiário que o acompanha, e o Eng.º Lopes Cadoso, vereador com o pelouro, e a este último deu também os parabéns por encetar trabalhos que porventura a câmara nunca fez e desejou que assim se continuasse, salientando estar sempre disponível para colaborar neste trabalho. -----

----- Terminou dizendo que gostava que ficasse registado um cumprimento muito especial aos Bombeiros Voluntários de Rio maior e a todos os bombeiros que ocorreram ao concelho deixando as suas famílias durante três dias seguidos para poderem colaborar nesta operação. -----

----- **Deputado António Manuel da Silva Moreira** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Interveio para se referir às comemorações do 25 de Abril e salientar que os rituais de comemoração são importantes no simbolismo humano e que quando, consciente ou inconscientemente, se vulgarizam perde-se a identidade e vilipendiase a memória do povo. Disse que quando o Partido Socialista pediu atempadamente o programa das comemorações não sabia que a Semana da Juventude, um acontecimento importante para os jovens, iria servir para as comemorações não havendo, inclusive, uma única referência ao 25 de Abril no programa dessa atividade e considerou que a isso se chama branquear o programa do 25 de Abril. Acrescentou ainda que a Semana da Juventude, para além das atividades próprias, deve também chamar os jovens à responsabilidade, dando-lhes civismo e ensinando-lhes a história. Afirmou ainda, relativamente ao programa das comemorações do 25 de Abril, que naturalmente que houve presidentes de câmara até 1974, mas que aquilo que o PS considera incompreensível, seja do ponto de vista da inconsciência política seja do ponto de



vista do posicionamento ideológico, é que se use a sessão solene do 25 de Abril para fazer o lançamento de um livro, que pode ser um documento histórico, mas que poderia ser feito em outra altura e de outra forma. Reforçou que existem muitos momentos fazer se fazer apresentações de livros que não faz sentido que um livro com este conteúdo seja lançado nas comemorações do 25 de lembrando alturas de presidentes não eleitos e com a conotação ideológica de 1910 até 1974. Considerou que felizmente alguém emendou a situação e se falou dos presidentes eleitos e daqueles que vieram depois do 25 de Abril, porque, a seu ver, teria sido trágico a forma como se comemoraria a data e, arriscou, entendido quase como inconstitucional por fazer apelo a ideologias que não são democráticas. -----

----- Terminou questionando acerca de uma lista de projetos referida na comunicação social para o novo programa comunitário onde se incluía o projeto da recuperação do património mineiro. Disse já ter pedido essa lista e que ainda não foi facultada pelo que gostaria de saber o seu conteúdo, qual foi a estratégia que esteve na definição da mesma porque, no entender do PS, se trata de uma lista de candidaturas e como tal deve ser consensual, deve mobilizar o concelho e não deve ser feita de forma extemporânea apenas como um role de atividades. -----

----- **Deputada Carla Cristina Machado Rodrigues Dias** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Disse em relação à defesa das moções apresentadas são explícitas naquilo que se pretende, sendo que a moção da reorganização judiciária resulta do memorando de entendimento assinado pelo PS com a Troika em 2011 que previa o encerramento de quarenta e nove tribunais e que o projeto agora apresentado pelo Governo PSD/CDS prevê o encerramento de vinte tribunais. Em relação à moção apresentada quanto ao possível encerramento dos serviços de finanças explicou que foi feita com base em meras especulações e que a bancada da Coligação Juntos pelo Futuro não tem qualquer outra informação que não seja o que é já público. Referiu que a apresentação desta moção é uma tentativa de estar na dianteira para tentar defender os interesses dos cidadãos do município do concelho de Rio Maior porque entendem que, independentemente dos partidos pelos quais foram eleitos, o interesse maior é defender a população do concelho e os interesses do município. Disse ainda que ter consciência cívica e crítica representa, algumas vezes, discordar de posições do partido da qual é militante na defesa dos interesses dos cidadãos da sua terra. -----



----- Relativamente às restantes moções e recomendações apresentadas disse que não é tanto o seu o substrato e o seu conteúdo mas a forma como as mesmas são feitas e a forma como as mesmas são explanadas e de alguma forma não se conseguiu atingir o consenso desejável. Quanto ao voto de pesar afirmou que é de sobejo conhecimento o respeito que se deve ter pelas pessoas da terra e por tudo aquilo que fizeram pela mesma. -----

----- Relativamente às Tasquinhas disse que foi mais um sucesso e dirigiu um agradecimento a todos os intervenientes que colaboraram e trabalharam para a realização e concretização desta grande feira gastronómica. Dirigiu ainda um especial agradecimento aos voluntários que nada pretendendo em troca deram tudo o que conseguiram em benefício das suas freguesias e das suas associações. Considerou que o trabalho voluntário e associativo deve ser um valor a promover e a prosseguir e, nesse sentido, convidou todos a estarem presentes na noite de fados promovida pelo Centro Social de S. Domingos como forma de apoiar este tipo de instituições a levar por diante a sua função de ajuda e apoio das populações. -----

----- Terminou dando os parabéns pelas comemorações dos quarenta anos do 25 de Abril, nomeadamente na forma como decorreu a sessão solene em que a Universidade Sénior em parceria com a Escola Superior de Desporto agradeceram todos os presentes com um momento feliz e interessante dando um novo fôlego às comemorações. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Deu a palavra à Presidente da Câmara Municipal para esclarecimentos das questões colocadas. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes, com um cumprimento especial ao Núcleo Sportinguista por se sagrarem campeões. -----

----- Esclareceu os deputados municipais em relação às seguintes questões colocadas: -----

----- Saúde: Disse que efetivamente os dois médicos que foram colocados não pertencem ao quadro, são contratados por uma empresa paga pelo Sistema Nacional de Saúde e que desconhece qual é a percentagem do valor pago a cada uma das partes referindo que irá tentar informar-se sobre isso. Acrescentou que não sendo médicos do quadro não podem ser médicos de família e estão a fazer consultas de



recurso e dão resposta a quem não tem médico de família. Disse ainda que as informações que lhe chegam é que as coisas estão a correr bem e que a Câmara, não obstante não ter competências nesta matéria, considera esta matéria como sua responsabilidade e por isso mesmo tudo tem feito para criar condições para fixar meios médicos no concelho e ainda, com as unidades móveis de saúde, levar os cuidados a quem precisa. Afirmou que este serviço é reconhecido a todos os níveis inclusive pela tutela. Voltou a referir que foram abertas duzentas vagas, embora não para a área da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo razão pela qual os presidentes de câmara da mesma manifestaram desagrado, mas que efetivamente um número significativo dos concursos ficaram desertos porque não há médicos. Acrescentou ainda que a tutela terá que arranjar formas de criar condições para que não se verifiquem aposentadorias antecipadas que agravem a situação e reforçou que o município estará sempre disponível para colaborar e criar as melhores condições para suprir essa necessidade imperiosa de colocar médicos no concelho. Quanto às extensões de saúde nas freguesias disse que há apenas duas delas a funcionar mas que ajuda a minorar o problema de atendimento e do centro de saúde. -----

----- Sessão Solene das Comemorações do 25 de Abril: Disse que o programa das comemorações foi revelado cerca de duas semanas antes das mesmas devido a várias razões, nomeadamente a inclusão da homenagem a Eugénia Lima, e que o facto de não ser destacada a sessão solene que foi antecedida pelo lançamento do livro foi uma escolha. Acrescentou que se há algo que o 25 de Abril trouxe foi a possibilidade haver eleições democráticas e a legitimidade para tomar decisões. Referiu que a escolha da apresentação do programa se deveu à impossibilidade de prever o espaço temporal entre cada um dos chamados apontamento do poder local, que incluiu a visita à sala do poder local, à sala de reuniões de Câmara e o lançamento do livro. Sobre esta questão disse admitir e aceitar a crítica pelo facto de o livro ter sido lançado no dia 25 de Abril mas afirmou que foi uma opção e que é intenção do executivo continuar o trabalho iniciado nesta edição. Considerou que foi uma cerimónia digna que contou com a presença dos familiares dos presidentes de câmara até 1974 e com os presidentes de câmara do pós o 25 de Abril. -----

----- Desemprego e Centro de Negócios e Inovação de Rio Maior: Referiu que o centro faz um ano de existência e que nessa altura será feita uma apresentação pública do trabalho que foi desenvolvido. No que se refere à taxa desemprego no concelho disse que os dados disponíveis são aqueles que o Instituto de Emprego e



Formação Profissional fornece, que o Gabinete de Inserção Profissional controla e acompanha. Acrescentou que o facto de a formação ser agora ministrada no centro de negócios evita que os desempregados que a frequentam tenham que se deslocar o que representa menos esse encargo e permite ainda que, querendo, possam ser acompanhados por profissionais na criação do seu posto de trabalho e da sua empresa. -----

----- Ação Social: Disse existirem um conjunto de projetos recentes nesta área e que o número de pessoas a trabalhar nestes projetos são em grande parte voluntários em conjunto com os serviços de ação social da autarquia e outras instituições. -----

----- Canil: Informou que a nível da Comunidade Intermunicipal está a ponderar-se avançar com um canil intermunicipal para fazer face às necessidades dos municípios que dela fazem parte. Confirmou que a principal questão é efetivamente o abate de animais e que o cumprimento dos regulamentos existentes. -----

----- Encerramento da Repartição de Finanças: Considerou que as moções da Assembleia Municipal são sempre levadas em conta e que nomeadamente a questão da saúde, da justiça, das repartições de finanças e outras questões de gestão autárquica, como por exemplo as trinta cinco horas semanais, entendem os presidentes de câmara da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo que as posições dessem ser tomadas conjuntamente. Acerca das notícias do encerramento de serviços de finanças disse ter sido informada que ficou claro e garantido que a situação está estagnada e nada alterou a posição anterior anunciada. Afirmou que o executivo tudo fará na defesa dos interesses do concelho e dos munícipes. -----

----- Estrada Nacional 114: Disse tratar-se de uma situação indefinida no que respeita à classificação e jurisdição de parte do troço que compõe aquela estrada, mas que existe já um projeto de requalificação e que é uma das prioridades do executivo. -----

----- Loja do Cidadão: Informou que se encontram já a ser acertados os pormenores de mobiliário com a Agência de Modernização Administrativa e está em fase de finalização. -----

----- Semana da Juventude: Agradeceu a todo o movimento associativo que esteve envolvido, às escolas e aos colaboradores da autarquia pelo empenho na organização da mesma, pelo trabalho contínuo e por toda a dinâmica criada nessa semana. -----

----- Sinalética: Disse tratar-se de um processo demorado que deveria já estar concluído mas ainda não foi possível e que em relação à estrada das Quintas/Ribeira de São João disse ir averiguar a situação e as condições da mesma. -----



----- Instalações da Desmor: Afirmou que a situação atual é a mesma que existiu nos vários mandatos anteriores, sendo a Câmara Municipal que assume as despesas de água e luz e que as obras de ampliação foram também elas assumidas pela autarquia que é a proprietária das instalações. -----

----- Proteção Civil: Subscreveu o que foi dito em relação à proteção civil e a todos os intervenientes na ação desenvolvida, nomeadamente a todos os bombeiros, funcionários e demais envolvidos. -----

----- Quadro Comunitário 2014/2020 – Lista de Projetos: Assumiu que não deu resposta atempada ao pedido do Deputado Municipal António Manuel da Silva Moreira sobre o assunto e informou que a lista em causa foi feita no âmbito do programa da Lezíria 2020 – Programa Territorial Integrado 2014/2020, é um trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pelo gabinete Augusto Mateus e Associados, e em que inicialmente se pretendia anexar uma lista elaborada pelos onze municípios da CIMLT com aquelas que seriam as suas prioridades, ou seja, as suas iniciativas âncora. Disse que, no entanto, como o acordo de parceria não está ainda fechado e não se conhecem ainda as inelegibilidades não foi enviada a lista inicialmente elaborada mas sim candidatar obras estruturantes por cada um dos municípios. Acrescentou que o documento não será fechado até haver definição dos acordos de parceria e que nesta fase do trabalho foram elencadas um conjunto de obras na rede viária que, segundo informação que se tem conhecido na comunicação social não serão elegíveis. Considerou, por isso, que não valeria a pena, neste momento, estar a pormenorizar e referiu algumas das ações apresentadas na lista, como por exemplo, a requalificação do espaço envolvente e de acesso ao centro de saúde de Rio maior, a requalificação do edifício do Palácio da Justiça, a construção do novo cemitério, a construção de parque de pesados, a construção do centro de interpretação da Mina do Espadanal e reabilitação das antigas instalações, a execução da rede separativa de esgotos da cidade de Rio Maior. Concluiu dizendo que quando o documento estiver fechado será devidamente entregue. -----

----- **Deputado António Manuel da Silva Moreira** -----

----- Disse compreender toda a tramitação até à contratualização e num outro nível poderia até perguntar porque é que o Governo teve tanto tempo preocupado com assuntos menores e não tratou da contratualização, já que o Quadro comunitário 2013 está a finalizar e devia estar-se já resolver este problema. Disse que no entanto o que queria ver esclarecido em relação ao assunto são as declarações da Presidente na



reunião de Câmara onde refere que foi enviada uma lista para os serviços e que assim sendo gostaria de saber qual é a estratégia presente nessa lista e com quem é que foi discutida, porque tem sempre sido defendido que a situação do concelho não é uma coutada partidária mas sim uma situação que deve ser discutida com todos e entre todos. Referiu que é nesse sentido que solicita as informações e lamenta que não tenha recebido o email mais cedo como aconteceu com aquele em que solicitou o programa do 25 de Abril e que foi respondido quase de imediato. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Anunciou que seriam agora votados os votos, as recomendações e as moções apresentadas. -----

----- **Voto de Louvor ao Escalão de Juvenis A do Núcleo Sportinguista de Rio Maior** -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes (28 presenças). -----

----- **Voto de Pesar pelo falecimento de Eugénia Lima** -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes (28 presenças). -----

----- **Voto de Pesar pelo falecimento de Vasco Graça Moura apresentado pelo Grupo Municipal da Coligação Democrática Unitária** -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes (28 presenças). -----

----- **Recomendação sobre o novo Regime da Organização Judiciária – Mapa Judiciário** -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes (28 presenças). -----

----- **Moção acerca do encerramento de Serviços de Repartição de Finanças** -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes (28 presenças). -----

----- **Recomendação do Grupo Municipal do Partido Socialista – Encerramento de serviços e de valências** -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **rejeitada por maioria** dos presentes, com 11 votos a favor, 15 votos contra e 2 abstenções (28 presenças). -----

----- **Declaração de Voto do Deputado João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira** que se transcreve na íntegra: -----



----- “Na minha declaração de voto só queria salientar que apesar da disponibilidade manifestada pela Senhora Presidente da Câmara de haver aqui uma cooperação entre os órgãos Assembleia Municipal e Câmara Municipal é pena que a maioria não tenha seguido essa boa vontade da Senhora Presidente de Câmara.” -----

----- **Moção do Grupo Municipal do Partido Socialista – Pela Defesa do Serviço Nacional de Saúde** -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **rejeitada por maioria** dos presentes, com 11 votos a favor, 14 votos contra e 1 abstenções (26 presenças). -----

----- Foi neste momento feito um minuto de silêncio em memória de Eugénia Lima e Vasco Graça Moura. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Por se tratar de uma sessão da Assembleia Municipal realizada após as dezoito horas deu a palavra ao público presente para as intervenções e explicou a condições em que seriam feitas de acordo com o regimento da Assembleia Municipal, de forma a ser do conhecimento de todos os presentes. -----

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- **Senhor José Marques – Azinheira – Rio Maior** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Deu conhecimento que comprou um lote na zona industrial de Rio Maior e que se tem dirigido à Câmara Municipal de Rio Maior para se possa fazer a cedência dos terrenos anexos ao seu lote. Disse que já falou com os Vereadores João Cadoso e Carlos Frazão e que pelos mesmos lhe foi dito que tal cedência seria possível mediante o respetivo pagamento. Questionou, por isso, qual o atual ponto de situação.

----- **Senhor Luis Agostinho – Rio Maior** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Interveio para, na qualidade de diretor do Núcleo Sportinguista de Rio Maior e em nome do presidente do núcleo, Silvino Sequeira, agradecer o voto de louvor aprovado.-----

----- **Vice - Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Informou que a Câmara Municipal de Rio Maior pensou que poderia em tempo oportuno trazer à Assembleia Municipal a alteração ao loteamento da zona industrial no seu todo mas que tal não foi ainda possível. Disse ainda que se averiguou a possibilidade de se avançar com o caso concreto da Panpor porque esta necessita de



uma declaração de compromisso da Câmara Municipal de que uma parte que é domínio público irá passar a privado para efeitos de financiamento de fundos comunitários. Acrescentou que não foi ainda possível fazer o tratamento dos vários pedidos que existem que se espera que na próxima Assembleia Municipal de junho haja condições para trazer todas as situações pendentes da passagem do domínio público para domínio privado para depois a Câmara poder fazer a respetiva alienação.

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

----- **ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO** -----

----- **Assunção de compromissos plurianuais** -----

----- **Atividade Municipal** -----

----- **Atas aprovadas das reuniões da Câmara Municipal** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou os pontos para conhecimento à Assembleia Municipal de acordo com a documentação disponibilizada. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** -----

----- Solicitou que a resposta às perguntas colocadas seja dada por escrito. Questionou em relação à assunção de compromissos plurianuais se estes não foram considerados na CIMLT e se vão ser considerados aqui. Em relação à atividade municipal questionou sobre o conteúdo das reuniões com o Diretor Regional de Finanças, com os Presidentes de Junta do concelho e com a Águas do Oeste. -----

----- **Deputado Ivan Carlos Fernandes Abreu Cruz e Costa** -----

----- Solicitou que lhe fosse dado conhecimento, por escrito, quais os custos que a Câmara Municipal de Rio Maior suportou com o programa que a SIC realizou durante as Tasquinhas, não questionando de forma alguma a importância deste tipo de programas na divulgação do concelho a nível nacional e internacional. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Esclareceu que a única coisa que a Câmara Municipal forneceu foi o apoio logístico sendo que o encargo maior foi o aluguer do gerador. -----

----- Quanto à reunião com as Finanças disse que em primeiro lugar foi para perceber se o Diretor Regional sabia algo mais sobre a situação dos serviços de finanças de Rio Maior e a segunda razão foi para falar de uma empresa do nosso concelho, que pediu apoio e acompanhamento na resolução da sua situação complicada em termos fiscais. Quanto à reunião com os presidentes de junta informou que se tratou da preparação



os novos acordos de execução e contratos interadministrativos para serem presentes à sessão da Assembleia Municipal de junho. -----

----- **ASSUNTOS PARA DELIBERAÇÃO** -----

----- **Ponto I – Contrato Programa Desmor, EEM – Adenda** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com 24 votos a favor e 1 abstenção (25 presenças). -----

----- **Ponto II – Proposta de adaptação do regulamento do Conselho Municipal de Juventude de Rio Maior** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** -----

----- Indicou o sentido de voto como favorável e disse que no entender do Grupo Municipal da CDU deveria haver uma discussão pública para envolver todos os que o desejassem referindo que espera não serem precisos mais quatro anos para a realização de uma reunião com quórum do Conselho Municipal de Juventude. -----

----- **Deputada Joana Filipa Ferreira Tirano** -----

----- Em relação à adaptação do regulamento do Conselho Municipal de Juventude para aprovação questionou o Vereador com o pelouro da juventude se aquilo que foi feito é apenas uma adaptação à lei vigente e se as grandes diferenças entre a lei atualmente em vigor a lei anterior são essencialmente a alteração da composição do Conselho Municipal de Juventude, as competências consultivas do mesmo, as competências a nível de acompanhamento do executivo em políticas de juventude, a regularidade de reunião do plenário e os direitos e deveres dos membros do conselho.

----- **Vereador João António Lopes Candoso** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Afirmou que se trata da adaptação do regulamento nas áreas referidas e que resultaram da alteração da lei em 2012. Acrescentou que neste momento o que se fez foi só adequar o regulamento à lei vigente e que em relação à discussão pública é



entendimento jurídico não ser necessário esse procedimento e por essa razão é que não foi submetido à mesma. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes (24 presenças). -----

----- **Ponto III – 1ª Revisão ao Orçamento da Receita/Orçamento da Despesa e 1ª Revisão às Grandes Opções do Plano** -----

----- O Vice-Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com 23 votos a favor e 2 abstenções (25 presenças). -----

----- **Ponto IV – Documentos de Prestação de Contas e Relatório de Contas Consolidadas do ano 2013** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados e afirmou que as contas de 2013 apresentam taxas de execução de 69,39% do orçamento da despesa e 72,13% do orçamento da receita naquele que foi um ano de eleições para os órgãos das autarquias locais e que se se tiver esse facto em conta pode constatar-se que a execução orçamental não reflete em nenhum ponto um reforço de endividamento da autarquia para ocorrer aquilo que a voz popular designa como obras eleitoralistas. Continuou dizendo que o anterior executivo foi capaz de uma redução ímpar da dívida municipal nos últimos quatro anos em cerca de seis milhões de euros, voltando o município a exhibir no final de 2013 um valor de endividamento similar a 2004 e o município encerrou o ano de 2013 com pagamentos em atraso no montante de apenas trinta e um mil seiscentos e noventa e três euros verificando-se uma redução em mais de um milhão e trezentos mil euros face a 2012, em parte devido ao recebimento do empréstimo do PAEL no montante de oitocentos e trinta e oito mil euros e também ao enorme esforço por parte do município na utilização da receita própria para a contínua redução dos pagamentos em atraso. Disse ainda que as transferências para as juntas de freguesia ocorreram também durante os quatro anos, que foi mantida a qualidade do ensino na área da educação, área que representa sempre uma grande fatia do orçamento das autarquias, que a rede social tem-se mostrado bastante eficaz apesar das maiores solicitações a que está sujeita nomeadamente no apoio prestado ao nível das famílias mais carenciadas.



Concluiu dizendo que a Câmara Municipal de Rio Maior continuará a gerir rigorosamente as contas públicas, racionalizando custos, aumentando a eficácia dos serviços, promovendo uma cultura de exigência na gestão dos dinheiros públicos, continuando a investir no desenvolvimento económico e social do concelho e na qualidade de vida dos seus cidadãos, sem descuidar os compromissos assumidos, o apoio social e a prestação de serviços de qualidade aos seus munícipes. Agradeceu a todos os colaboradores do município e a todos os agentes externos que diariamente colaboram com a autarquia, prestadores de serviços, fornecedores, empresas, juntas de freguesia, movimento associativo e todas as instituições que com o município se relacionam pois só com todos foi possível atingir mais uma vez os resultados desta gestão. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputado Rui Miguel da Costa e Silva** -----

----- Iniciou por fazer um pequeno esclarecimento tendo em atenção a área a que está ligado, a da saúde. Disse que os números são esmagadores, que neste momento Portugal é um país exportador de médicos e que dizer a saúde está mal em Portugal por falta de médicos seria o mesmo que dizer que a justiça está mal em Portugal por falta de advogados. Referiu que são outras questões, que estão mais que identificadas, que se levantam e que esta é uma questão de vontade política para resolver o problema. No que diz respeito ao documento de prestação de contas apresentado disse que o orçamento aprovado pela Assembleia não foi o seu mas que este já não é o momento de ajuizar das virtudes políticas porque esse é um juízo político que se fará em devido tempo. Disse ainda que aquilo que é pedido é que seja ratificado a coerência e a legalidade das contas do exercício realizado e que nisso o parecer dos ROC's é inequívoco pelo que indicou o sentido de voto como favorável. Concluiu dizendo que vota favoravelmente como forma de reconhecer todo o trabalho desenvolvido pela autarquia, pelo seu executivo, por todos os presidentes de junta e por todos os trabalhadores que nela desenvolvem a sua atividade profissional. Terminou dizendo que não estar de acordo não é, a seu ver, sinónimo de ingratidão mas votar favoravelmente também não é estar satisfeito. -----

----- **Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** -----

----- Iniciou por indicar o sentido de voto da CDU como abstenção porque o orçamento não contou com a sua participação por não fazerem parte ainda executivo municipal. Referiu que ao analisar o documento verificaram o cumprimento



escrupuloso das regras e normas do POCAL e que por isso mesmo endereçou um voto de louvor a todos os trabalhadores da autarquia pela competência demonstrada nos documentos de prestação de contas. Disse que este documento fecha um ciclo eleitoral onde o ataque ao poder local, interno e externo, foi sobejamente conhecido e que a avaliação política do mandato está espelhada no resultado eleitoral. Afirmou que a CDU respeita escrupulosamente os resultados eleitorais porque, em seu entender, o povo é soberano. Evidenciou alguns dos resultados constantes do documento, nomeadamente a páginas 204 o valor final do plano plurianual de investimentos que foi de apenas três milhões e cinquenta e um mil euros quando o previsto era de seis milhões e novecentos mil euros, resultando numa taxa de execução baixa, apenas 44,8%. Considerou que é já tempo de os orçamentos, como instrumentos de previsão, incluírem o realizável e o possível e não o que é preciso para cumprir o ponto 3.1.1 do POCAL, onde se prevê os recursos necessários a cobrir as despesas. Terminou elogiando novamente os trabalhadores da administração local dizendo que a CDU está já um pouco cansada de ouvir dizer todos os dias que os trabalhadores da administração local nada fazem, faltam muito e considerou que esta é a prova inequívoca de que os trabalhadores da administração local são valiosos e são uns excelentes trabalhadores, referindo que prova disso é o mapa a páginas 255. Acrescentou apenas que como mulher gostava que as faltas de parentalidade e maternidade, embora juridicamente serem consideradas como faltas, fossem assinaladas de outra forma só para que se tenha a noção que não se tratam de faltas fortuitas mas sim para assistência aos seus filhos e doenças das famílias. -----

----- **Deputado Ivan Carlos Fernandes Abreu Cruz e Costa** -----

----- Iniciou por referir que recebeu a certificação legal das contas a menos de uma hora e meia do início da sessão o que, a seu ver, foi muito em cima da hora e questionou se a vereação é conhecedora deste documento e se teve acesso ao mesmo em tempo real e com a devida antecedência. Solicitou também que lhe fosse pormenorizado, por escrito, e uma vez que há o apuramento das contas consolidadas, quais foram os encargos financeiros com cargos de dirigentes pela Câmara Municipal de Rio Maior incluindo os coordenadores técnicos. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Esclareceu que o documento foi reencaminhado no exacto momento em que foi recebido e que deu instruções para além de ser enviado por email habilitar todos os membros com cópia do mesmo. -----



----- **Deputada Carla Cristina Machado Rodrigues Dias** -----

----- Disse que este é essencialmente um documento técnico mas que espelha com clareza, detalhe e rigor as contas do nosso município, detalhando o rigor e a gestão criteriosa do executivo municipal que com menos soube fazer mais ou, pelo menos, aquilo que era expectável fazer. Referiu ainda que conseguiu tudo isso com menos receitas municipais, com o agravamento das despesas nomeadamente no que diz respeito ao IVA da eletricidade, com os cortes dos fundos da administração central e ainda com a lei dos compromissos que obriga a cumprir devidamente os pagamentos. Afirmou que ainda assim conseguiu realizar obra como a requalificação urbana da cidade, a construção e beneficiação da rede viária em todo o concelho, a construção dos centros escolares e educativos de São João da Ribeira e das Fráguas, a ampliação do centro de estágio, a construção do edifício da loja do cidadão e ainda efetuar as transferências para as juntas de freguesia. Evidenciou que, como já foi dito, os valores atuais da dívida do município aproximam-se dos valores que existiam em 2004 o que significa que a dívida do município passou de aproximadamente vinte e seis milhões quinhentos e sete mil euros de 2009 para aproximadamente dezanove milhões setecentos e vinte e oito mil euros em 2013. Considerou que se trata de uma excelente execução orçamental, atendendo à atual conjuntura, e que os números espelham bem todo o desenrolar das contas do município. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Esclareceu que a percentagem da taxa de execução tem a ver com o atraso dos fundos no âmbito do QREN. Sobre a disponibilização do documento da certificação legal das contas à Câmara informou que aquilo que é presente à Câmara é o chamado *draft* que acompanha o documento de prestação de contas e que só após a aprovação pela Câmara Municipal é emitida a certificação legal de contas definitiva que é presente à Assembleia Municipal. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com 20 votos a favor e 6 abstenções (26 presenças). -----

----- **Declaração de Voto do Deputado António Manuel da Silva Moreira** que se transcreve na íntegra: -----

----- “ De facto não podemos votar favoravelmente uma prestação de contas que só tem 69% de execução de receita e também não embarcamos em foguetórios. Oitocentos mil euros foram do PAEL e foram para pagar dívida a fornecedores e percebe-se isso, mas o mais grave é que desses oitocentos mil euros mais de 50%



foram para pagar dívidas sobre um problema da Águas do Oeste que devia ter sido melhor negociado e que deve continuar a ser melhor negociado e que não é.” -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Nos termos do n.º 7 do artigo 68º do atual Regimento, o Presidente da Assembleia Municipal propôs a aprovação em minuta dos assuntos aprovados na presente sessão. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes (26 presenças). -----

----- **ENCERRAMENTO** -----

----- Quando eram vinte e uma horas e quinze minutos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrados os trabalhos da presente sessão, da qual, e para constar se lavrou minuta parcial para efeitos imediatos e a presente ata que vai ser apresentada na sessão seguinte para aprovação global e assinada pela mesa. -----

----- **O PRESIDENTE DA MESA:** _____

----- **O PRIMEIRO SECRETÁRIO:** _____

----- **A SEGUNDA SECRETÁRIA:** _____